

**O “RELICÁRIO DE D. JOÃO I”
DE FILIPE JOSÉ BANDEIRA**

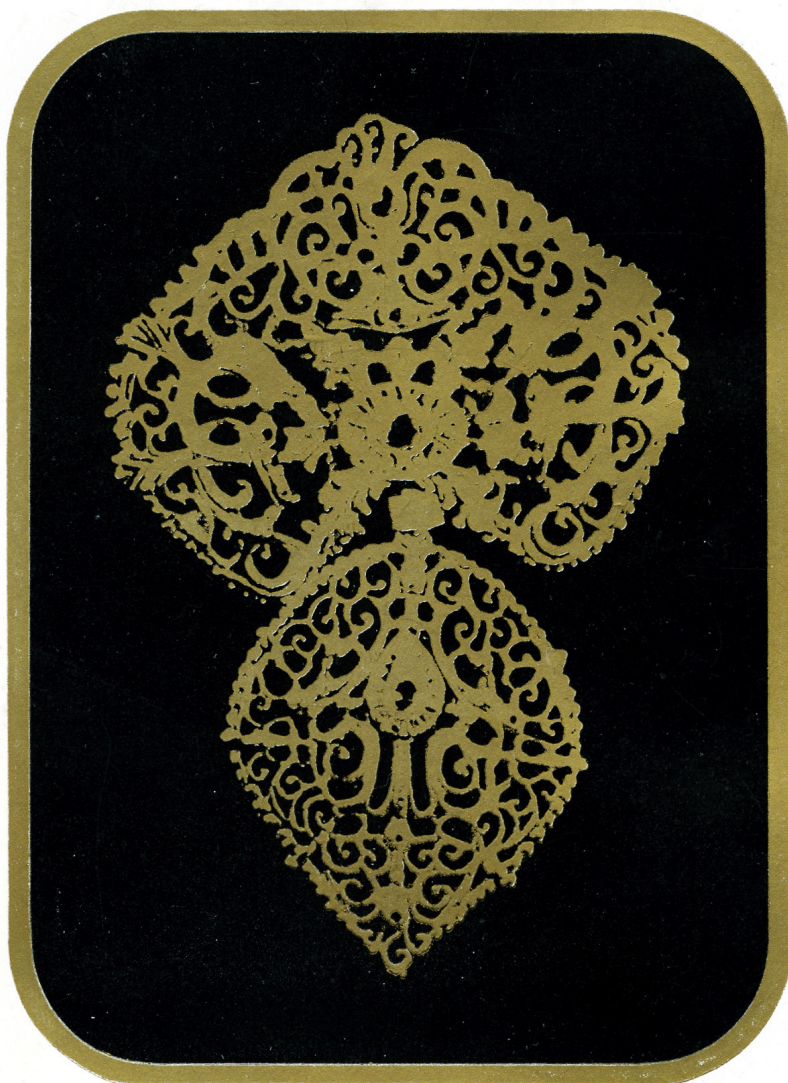


GONÇALVES GUIMARÃES

PORTO 1984

ARPPA-ASSOCIAÇÃO REGIONAL DE PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL

A.I.O.R.N.-ASSOCIAÇÃO DOS INDUSTRIAIS DE OURIVESARIA E RELOJOARIA DO NORTE



ACTAS DO COLÓQUIO
OURIVESARIA
DO NORTE DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

O «RELICÁRIO D. JOÃO I» DE FILIPE JOSÉ BANDEIRA

GONÇALVES GUIMARÃES

O «Relicário D. João I, obra em prata cinzelada contendo no interior uma barra de ouro é uma magnífica peça de Filipe José Bandeira, «ourives cinzelador e desenhador com o grau de comendador da Ordem de Mérito Industrial».

Foi fabricada em 1929 por encomenda da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, que com a contribuição e em nome de todas as Câmaras Municipais de Portugal (só Continente) a pretendeu oferecer ao então Ministro das Finanças Dr. Oliveira Salazar em 13 de Março de 1932, numa cerimónia a que este não comparece, indicando depois por telegrama que a Câmara de Gaia o entregue à Câmara do Porto, o que vem a ser feito em Março de 1933.

A documentação sobre o processo da campanha de angariação de fundos para o «Relicário» e todos os documentos a ele referentes estão reunidos em dois volumes existentes no Arquivo do Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia, com os números 352 e 353, vindos do Arquivo da Câmara Municipal e que por nós estão a ser estudados.

Esta documentação oriunda de todas as Câmaras Municipais do Continente contém valiosos elementos sobre vários aspectos da vida autárquica no início do Estado Novo entre 1929 e 1933. Estando por agora arredado desta comunicação outros elementos já por nós estudados, vamos apenas referir os que directamente dizem respeito ao «Relicário».

I — A CÂMARA DE GAIA TOMA A INICIATIVA DE HOMENAGEAR SALAZAR

«Um Portuguez de Lei» tinha proposto no Jornal «AVoz» que na manifestação que os Municípios iam fazer «em romagem patriótica»

a Lisboa no dia 20 de Outubro de 1929 para «apresentar as suas homenagens ao Ilustre Ministro das Finanças» Dr. Oliveira Salazar, lhe fosse dado oiro em barra com a seguinte legenda: «oiro de portugueses a quem tanto zela o oiro de Portugal». Seria assim «a prova material e o expoente palpável da admiração e reconhecimento de todos os portugueses que querem e sentem o ressurgimento de Portugal». E, porque, continua o tal «portuguez de lei», o actual Ministro «defende heroicamente o dinheiro dos cofres públicos e guarda no coração o oiro das melhores tradições e das antigas virtudes portuguesas deviam os Municípios, nesse dia, entregar-lhe oiro em barra, guardado num desses lindos cofres de madeira e prata que os nossos artistas tão bem trabalham...».

Pegando na ideia e antecipando-se à Câmara de Chaves, que na homenagem que promovera para 20 de Outubro ia entregar a Salazar «uma mensagem encerrada numa pasta artística, ofertada pelos Municípios de Portugal», em 19 de Setembro o presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Venceslau Fernandes Figueira propõe ao executivo que aquela... ideia seja levada ao conhecimento de todas as Comissões Administrativas de Portugal, certo que ela terá o melhor acolhimento e para cuja efectivação esta Comissão Administrativa contribua com a importância de MIL ESCUDOS a inscrever no próximo Orçamento Suplementar».

«Posta à votação esta proposta, foi aprovada, por unanimidade».

Por circular de 23 de Setembro, a Câmara Municipal de Gaia comunica a iniciativa a todas as outras Câmaras, estando o presidente «convencido de que o conteúdo da referida proposta merecerá a maior simpatia e o maior carinho», pedindo uma resposta até ao fim do mês.

Porém as Câmaras demoram a responder.

Como as Comissões Administrativas eram nomeadas, dado que as eleições municipais tinham sido suspensas com o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, reuniam irregularmente.

Enquanto que Arcos de Valdevez e Oliveira de Azemeis respondem logo a 1 e 2 de Outubro, respectivamente, as demais Câmaras só respondem nos restantes meses do ano, prolongando-se as respostas até Maio de 1930 (Albufeira em 19.5.30 e Baião em 22.5.30) não tendo respondido muitas Câmaras a esta circular. Mas muitas delas vieram a fazê-lo às seguintes. Nesta primeira sondagem declaram não concordar com a oferta do «Relicário» as Câmaras de Albufeira, porque «... não obstante os esforços e constantes diligências para a restauração desta Comarca, o Governo a nada tem atendido...».

Cantanhede porque «...recusamos a acreditar que Sua Exa. receba de bom grado a homenagem simbólica d'uma barra de ouro...»; Ponte de Lima porque «...tem o máximo empenho em que os dinheiros dos

contribuintes sejam gastos com parcimónia, evitando-se toda a despesa supérflua e má aplicação dos dinheiros dos contribuintes»; e Vila do Conde porque não julga «que seja de forma alguma do agrado de S. Exa. que os municípios distraiam um centavo só que seja das suas receitas para outro fim diferente dos respectivos concelhos».

Porém Albufeira acabaria por enviar 300\$00 para o «Relicário» e 100\$00 para a barra de ouro, o que pressupõe que viu os seus interesses satisfeitos; Cantanhede reviu a sua posição, contribuindo com 100\$00 para a barra de ouro e o mesmo fazendo Vila do Conde. Só Ponte de Lima se manteve fiel à sua posição inicial.

De entre as Câmaras que começaram por não concordar com a oferta do «Relicário», mas que depois contribuíram, saliente-se Arganil, Lisboa e Porto, acabando esta última por ficar com o «Relicário» por re-oferta do homenageado. Mas não tinham razão quando diziam, como é o caso da Câmara do Porto, que Salazar seria «o primeiro a não aceitar que essa oferta lhe fosse feita». De facto Salazar só recusa a oferta quando esta está pronta para lhe ser entregue em 13 de Março de 1932, numa altura em que já funcionava a União Nacional criada em 30 de Julho de 1930 e estava em funcionamento a polícia política criada por Lopes Mateus então Ministro do Interior. Era pois impossível que Salazar não soubesse da homenagem que lhe estavam a preparar, a tempo de a sustentar logo no início. Procurou, como veremos, apenas tirar o máximo proveito dela em termos de opinião pública para consolidar o seu poder pessoal. Nesta política insere também a oferta que do «Relicário» fez à Câmara do Porto. Não foi pois exactamente por modéstia que o não recebeu.

Curioso será também referir que não contribuíram por falta de verba as Câmaras de Alter do Chão, Borba, Castro Verde, Matosinhos, Montemor-O-Velho e Vila Viçosa.

Em Novembro de 1929, portanto depois da romagem a Lisboa promovida pela Câmara de Chaves em 21 de Outubro, a Câmara de Gaia envia nova circular em que solicita o brazão dos municípios para figurarem no «Relicário» e aproveita para lembrar a necessidade de uma resposta ao pedido da verba, «aceitando-se qualquer quantia que não seja inferior a 50\$00...»

Em Fevereiro do ano seguinte nova circular volta a solicitar o brazão «...em virtude da falta que está a fazer ao artista encarregado de o executar para poder ultimar o seu trabalho» e também a quantia aprovada para «o aludido objecto de arte».

Em Abril, «estando prestes a concluir-se o relicário...» é enviada nova circular que afirma que o «objecto de arte tem de ser entregue àquele ilustre titular do Governo nos fins do corrente mês...».

Volta a solicitar os brazões às Câmaras que ainda o não tinham enviado ou que digam se o não possuem, «a fim de se providenciar

nesse sentido». E mais uma vez se pede «a importância para a ajuda da sua execução». Como veremos o «Relicário» só irá ser entregue a Salazar em Março de 1932.

Em 14 de Maio, nova circular informava que «está quase concluído o relicário...» que seria um «complemento das homenagens realizadas em 21 de Outubro» passado. Volta a insistir na participação para a despesa e o envio do braço. E aqui aparece um dado fundamental para justificar o que já acima tínhamos dito: Salazar sabia que as Câmaras estavam a quotizar-se para lhe oferecer uma prenda de vulto já em 1930. Poderíamos invocar que, sendo ele um atento observador de todas as contas públicas, não lhe teriam escapado as rubricas do orçamento extraordinário destinadas à barra de ouro e ao «Relicário». Mas a nossa certeza é muito mais clara baseada nesta circular da Câmara de Gaia que afirma peremptoriamente que a «iniciativa tanto sensibilizou e comoveu aquele membro do Governo!» Daí que possamos legitimamente pensar que, como já dissemos, Salazar quando recusa receber esta obra em 1932 pretende tirar proveito político do gesto, proveito esse que se acentua ao mandar dar o «Relicário» à Câmara do Porto, que, por acaso até tinha começado por recusar contribuir para as despesas inerentes ao seu fabrico. Por uma questão de coerência, seria lógico que o «Relicário» ficasse depositado na Câmara que não se poupou a esforços para o mandar fazer, ou seja, a Câmara de Vila Nova de Gaia.

A data da cerimónia da entrega não foi de imediato marcada e teve de esperar melhor oportunidade que surgiria só em 1932, por tanto quase dois anos depois do «Relicário» estar pronto.

Em 30 de Junho ainda de 1930 a Câmara de Gaia solicitara às Companhias de Caminho de Ferro que fizessem um abatimento de 50% nos bilhetes de comboio pagos pelos representantes das autarquias que viessem, devidamente credenciados, assistir à cerimónia de entrega do «Relicário».

Em 12 de Julho de novo nova circular comunica que «o maravilhoso relicário que vai ser oferecido por todas as Comissões Administrativas dos Municípios do País ao ilustre Ministro das Finanças Doutor Oliveira Salazar, se encontra nesta data concluído». Porém agora, «com um pouco mais de sacrifício de todos nós» poderia ser comprada uma «pequena barra de ouro que o relicário guardará como símbolo de gratidão de Portugal». Assim, o presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Gaia toma «...a liberdade de recorrer ao patriotismo e generosidade» das restantes Comissões Administrativas para enviarem mais 50\$00 «o mais rapidamente possível».

Após esta data e até 24 de Fevereiro de 1932 não aparecem na documentação consultada mais circulares.

A conta do «Relicário» tem a data de 27 de Janeiro de 1932, e são também deste ano todos os documentos relativos à compra da barra de ouro. Este facto poderá ter a ver com a situação política vivida no Governo e no País. Em Junho nasce a União Nacional e Salazar está inteiramente ocupado em definir a doutrina do Estado Novo. Mas logo em 5 de Outubro há uma tentativa de insurreição. O ano de 1931 vê desenrolarem-se várias tentativas de golpe de Estado, como as revoltas da Madeira e dos Açores em Abril. Em 26 de Agosto são as unidades militares de Lisboa que, por sua vez, se revoltam. Essa agitação política vai continuar no início de 1932 e é talvez por este motivo que Salazar não vem receber o «Relicário», pois ao contrário do que refere no telegrama que envia, os seus biógrafos mais íntimos não lhe dão qualquer doença para a data da entrega.

Entretanto em 24 de Fevereiro de 1932 já era presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Gaia o Engenheiro Jorge Faria Vieira de Araújo que endereça uma circular às Juntas de Freguesia para uma reunião preparativa da entrega do «Relicário» cuja data aparece já fixada para 13 de Março. São então enviados os «cartões de identidade» para todas as Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e núcleos da União Nacional já constituídos. São igualmente enviados convites ao Provedor da Misericórdia de Gaia, a várias personalidades gaienses encabeçadas pelo Escultor Teixeira Lopes, representantes das forças militares, governos civis, associações patronais e de classe, professorado, etc., etc..

Porém a 8 de Março já se sabia que o Presidente do Governo não viria, pois numa circular dessa data esta indicação aparece riscada, apenas mencionando o Presidente da República e o Governo.

O Presidente da República General Carmona vem efectivamente ao Porto onde chega a 12. No dia seguinte vai a Gaia assistir à cerimónia da entrega do «Relicário» e visita o atelier de Teixeira Lopes. O resto do programa, que decorrerá até ao dia 16 será passado em Matosinhos, Gondomar e naturalmente no Porto.

No discurso que profere na cerimónia o Presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Gaia pede ao General Carmona que entregue a oferta ao Ministro das Finanças. É então que o Ministro do Interior lê o telegrama de Salazar onde este diz que motivos de saúde o impedem de estar presente e refere: «Não me opus à oferta por parte das Câmaras mesmo à custa dos orçamentos municipais por me parecer que... não deve nunca ser contrariado na alma do Povo o sentimento de reconhecimento pela dedicação dos que desinteressadamente sirvam a Pátria». E assim manda oferecer o «Relicário» ao Museu da Câmara Municipal do Porto, obsequiando a cidade donde era natural o artista que o fez, entretanto feito Comendador da Ordem do Mérito Industrial.

O «Relicário» vai ainda ficar em Vila Nova de Gaia até Março do ano seguinte.

II — O OURIVES CINZELADOR FILIPE JOSÉ BANDEIRA

Na documentação consultada há algumas referências interessantes ao ourives que concebeu e executou a peça. De seu nome Filipe José Bandeira, natural do Porto, tinha a sua oficina situada na Rua Heróis de Chaves n.º 787/791 (Hoje R. D. João IV). Nos desdobráveis de propaganda da peça aparece-nos a fotografia do seu autor com a cmoenda ao peito. No Livro de Honra, posto a recolher opiniões sobre a obra pelo menos desde Junho de 1930 encontram-se exarados pareceres muito favoráveis nomeadamente de João Augusto Ribeiro que se refere ao «invulgar talento» do ourives; para Teixeira Lopes o mesmo possuía «...muitíssimas qualidades de bom gosto e cinzelagem habilíssima». O escritor Joaquim Castro salientava que o autor da obra «...confirma no Norte do país a tradição brilhante dos lavrantes e ourives portugueses» com a sua «alta capacidade estética e o poder de realizar outras obras em que o seu belo talento perdurará». Joaquim Lopes, professor nas Belas Artes felicita o nosso ourives. A Comissão Administrativa da Câmara de Gaia felicita «...o eminente artista... por este triunfo... bem dignos da sua cultura, da sua técnica e da sua honestidade». Para o Governador Civil do Porto, Luiz Nunes da Ponte, Filipe Bandeira é um «artista ilustre... que sobremaneira honra a indústria Nacional».

O Bispo do Porto não deixa também de expressar a sua admiração ao «exímio artista». Para o Comandante da 1.ª Região Militar Coronel Júlio Schiappa de Azevedo «esta jóia artística... perpetuará para todo o sempre a arte nacional». António Tapia, adido militar de Espanha declara que «El relicário es una obra maestra de la orfebrería portuguesa».

A obra e o seu autor merecem ainda rasgados elogios em 1932 do Presidente da República e do Presidente do Ministério, General Domingos de Oliveira.

Por último, em Maio de 1933, e já depois de ter em seu poder o «Relicário», a Câmara do Porto também opina que Filipe Bandeira foi «o executor genial» do «Relicário» feito para o Ministro das Finanças e que este manda para o seu Museu Municipal.

III — DESCRIÇÃO DO «RELICÁRIO»

Para a descrição de alguns pormenores do «Relicário» vamos servir-nos de um folheto mandado imprimir pelo próprio fabricante

e de alguns dados colhidos na documentação de que nos temos servido para este estudo.

Fundamentalmente trata-se de uma enorme obra em prata com cerca de 0,5 m³, formada por 893 peças cinzeladas e soldadas umas nas outras, incluindo 270 brasões municipais.

O seu autor pretendeu fazer uma obra que fizesse lembrar o Mosteiro da Batalha, se bem que o resultado final, devido à sobrecarga de motivos neo-manuelinos, lhe tenha dado muito mais semelhanças com o Hotel do Buçaco ou qualquer edifício revivalista semelhante. Quanto a nós, e não ignorando a monumentalidade da obra e o exímio trabalho de artesão prateiro que efectivamente tem, ela é bem um exemplo da incapacidade de renovação estética própria do Estado Novo. A arte oficial, incapaz de criar algo de novo, tratava até à exaustão os temas do passado.

Mas continuemos com a descrição: a base é formada por três degraus que assentam em quatro golfinhos entre os quais se desenrolam duas fitas de prata com as legendas «Ditosa pátria que tal filho tem» e na outra «Oiro de Portugueses a quem tanto zela o oiro de Portugal».

Nestes degraus em que o primeiro é de mármore negro, destacam-se os brasões municipais de Vila Nova de Gaia, que teve a iniciativa da obra, o de Santa Comba Dão, terra de naturalidade do Ministro das Finanças e aos lados o de Lisboa, capital do país e o do Porto, terra de naturalidade do fabricante e que acabou por ficar proprietário da obra.

Por sobre os degraus eleva-se como que um claustro que procura imitar o da Batalha. Este claustro é coberto pela tampa do «Relicário», também salpicado de brasões, e ostentando nos cantos esferas armilares com a cruz de Cristo. No topo, «o braço de D. João I, encimado pelo elmo onde o dragão areja asas» e a divisa daquele monarca: **Por Bem**.

No interior do claustro, ou seja do «Relicário», foi incorporada uma urna de cristal, circundada pela representação da frota de Vasco da Gama. No centro de tudo isto, a «Relíquia», isto é, uma barra de oiro poisada num estofo azul, com duas agarras para a suportar de forma bem visível.

A barra de oiro pesava 540 gramas e, segundo o ofício da Câmara Municipal do Porto de 17 de Março de 1933 que acusa a sua entrega feita pela Câmara de Gaia, tinha gravada a seguinte inscrição: **OURO — G — n.º 15.795 — R.º n.º 4.021 — 0,800**.

Pelo mesmo ofício ficamos ainda a saber que o «Relicário» tinha chave.

A peça é apresentada sobre uma mesa em madeira de tampo oitavado, que, por a ela não haver referências na documentação e

nas contas apresentadas, pensamos ser anterior mas que se lhe ajusta perfeitamente quer pelas dimensões quer pelo estilo. E, segundo o folheto referido, era nela que o «Relicário» estava exposto no Museu do Porto.

Posteriormente, em data que ignoramos foi-lhe posta uma cerca-dura de ferro e vidro, talvez para evitar que continuassem a desapa-recer elementos decorativos, mas sobre isto já falaremos.

IV O PREÇO DO «RELICÁRIO»

Segundo as facturas apresentadas, foram os seguintes os custos do «Relicário» e da barra de oiro:

Confecção e contrastaria	50 500\$00
Aquisição da barra de oiro e ensaio	9 000\$00
Outras despesas (tipografia, embalagem, etc.) ...	13 823\$60
	63 323\$60

Do ourives conhecemos um recibo de 53 800\$00 que apresenta a despesa do «Relicário», alteração da pedra de mármore, caixote para embalagem, pasta para a mensagem e 300 «Monografias des-critivas».

Estão igualmente arquivados os recibos da Tipografia que im-primiu as circulares, do Banco Borges & Irmão que vendeu a barra de oiro, de F. d'Oliveira Sampaio & Filhos, ourives-joalheiros da Rua do Sol, 63 — Porto, sobre os custos do ensaio químico e da gravação «dum pensamento de Demosthenes numa barra d'ouro» (?), o recibo da repartição de contrastaria e o do caligrafo que escreveu a mensagem.

As Câmaras de todo o país contribuíram com a quantia de 49 864\$97 para o «Relicário» e com a quantia de 14 130\$00 para a barra de oiro, o que dá um total de 63 994\$97, havendo portanto um saldo positivo de 671\$37.

Há ainda o recibo de um donativo de 500\$00 por parte da Câmara de Gaia à Associação Protectora da Infância, talvez prove-nientes de parte daquele saldo.

Se quisermos saber a quanto equivaleria hoje a despesa efectuada com esta oferta, segundo cálculos realizados por nós, rondaria uma quantia superior a seis mil contos. Só a barra de oiro custaria hoje 810 mil escudos (considerando o grama de ouro a 1500\$00).

Em 1931 o seu custo equivalia a 7915 dias de trabalho ou 21 anos, por parte de um trabalhador agrícola especializado (8\$00/dia).

V — CONCLUSÕES

Segundo o ofício da Câmara do Porto de 17 de Março de 1933 que já referimos, «logo que o «Relicário» dê entrada no Museu Municipal faremos salientar esse acontecimento como merece e para os devidos efeitos, na primeira Sessão desta Comissão Administrativa». No mesmo ofício, está escrito à mão no seu cabeçalho o seguinte: «O «Relicário» foi entregue à Câmara do Porto no dia 27.3.933».

Esta peça está patente ao público na monumental exposição de ourivesaria do Norte, em boa hora organizada pela AIORN e pela ARPPA. Porém, algumas questões sobre ela gostaríamos de levantar. Primeiro nem o catálogo nem o letreiro que ostenta dizem quem é a entidade a quem actualmente está confiada. Se tal princípio de anonimato se pode aceitar para as peças cedidas por particulares para a exposição, já não é aceitável para as que são propriedade pública. Por outro lado foi oferecida por Salazar à Câmara do Porto para estar exposto no Museu Municipal, o que não acontece.

O «Relicário» está mutilado em alguns dos seus ornatos. Assim falta-lhe já o dragão que encimava o brasão de D. João I, as quatro esferas armilares encimadas pela cruz de Cristo que estavam implantadas nos quatros cantos do telhado e uma guarita, para além de outros pormenores.

E para finalizar falta-lhe a barra de oiro que dele fazia parte integrante. Reparando para o seu interior apenas lá vemos os suportes. Falta no seu interior a «reliquia» que este «Relicário» continha e que se encontra num cofre da Câmara Municipal do Porto, segundo informação fidedigna que obtivemos.

E com estes reparos damos por terminada esta nossa comunicação sobre o «Relicário de D. João I», mas não o nosso estudo sobre esta documentação que aqui apresentamos em aspectos parciais e que está a ser objecto de trabalho mais exaustivo sobre as Câmaras Municipais e o início do Estado Novo, que futuramente iremos publicar.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

I — Fontes dactiloscritas e manuscritas

- 1 — «Registo das deliberações tomadas pela Comissão Administrativa desta Câmara, sobre a oferta do Relicário a S. Ex.^a o Senhor Ministro das Finanças Dr. Oliveira Salazar». Arquivo do G.H.A.V.N.G., n.º 352.
- 2 — «Dossier sobre a recepção solene, realizada nos Paços do Concelho de Vila Nova de Gaia, no dia 13 de Março de 1932...». Arquivo do G.H.A.V.N.G., n.º 353.

II — FONTES IMPRESSAS

Nogueira, Franco — Salazar, vol. II — Os tempos áureos (1928-1936) — Estudo biográfico; Atlântida Editora, s/d.

DOCUMENTOS ANEXOS:

Ofício da Câmara Municipal do Porto

*O Relicario foi entregue à Câmara do Porto, no dia 27/3/933
(anotação manuscrita)*

Serviço da República

*Exm.º Snr. Presidente da Comissão Administrativa da Câmara
Municipal de Gaia*

*Tenho a honra de acusar a recepção do ofício de V. E.ª de 13
do corrente, que acompanhou a entrega da barra d'ouro que o Exm.º
Snr. Presidente do Ministerio ofereceu com o respectivo «Relicário»
ao Museu Municipal da Cidade do Porto e que até hoje tem estado
sob a guarda da Comissão Administrativa, a que V. E.ª tão digna
e brilhantemente preside.*

*Aproveito a ocasião para salientar a V. Ex.ª que é a esta Comis-
são Administrativa que cumpre o gratissimo dever de agradecer a
atenção que lhe foi prestada por V. Ex.ª, acedendo de bom grado a
conservar em seu poder e guarda os referidos relicario, respectiva
chave e barra d'ouro e que é muito reconhecidamente que lhe vem
apresentar os seus melhores agradecimentos.*

*Logo que o «Relicario» dê entrada no Museu Municipal faremos
salientar esse acontecimento como merece e para os devidos efeitos,
na primeira sessão desta Comissão Administrativa.*

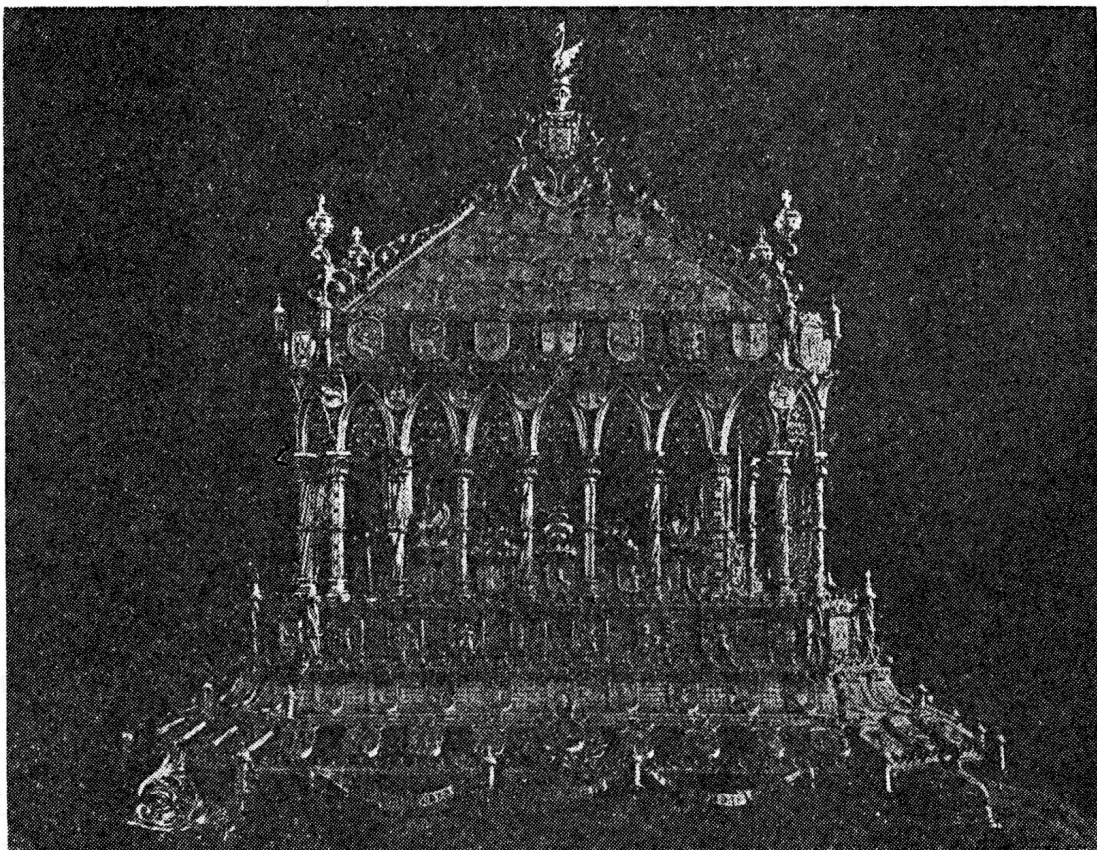
*Com respeitosas homenagens e os protestos da minha muita con-
sideração desejo a V. Ex.ª*

Saúde e Fraternidade

Pôrto e Paços do Concelho, 17 de Março de 1933.

*O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA
Augusto de Souza Moura*

*P. S. — A barra d'ouro tem a seguinte inscrição
OURO — G. n.º 15.795 — R.º n.º 4.021 — 0,800*



Relicário D. João I



Filipe José Bandeira

